



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Processo nº: **3001045-85.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Crimes contra a Dignidade Sexual**
 Documento de Origem: **TC, OF - 182/2013 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos, 1711/2013 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Autor do Fato: **Edivaldo Aparecido da Silva**

Aos 13 de novembro de 2013, às 14:05h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autor do fato **Edivaldo Aparecido da Silva**. Apregoado o processo verificou-se o comparecimento do autor dos fatos, acompanhado de defensor, o Drº **Fábio Luiz de Oliveira – 224729/SP**. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada pelo **Dr(a). Promotor(a) de Justiça**, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena nos seguintes termos: “MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(s) suposto(s) autor(es) do fato a pena de prestação pecuniária no valor de meio salário mínimo. **Pelo autor da infração e defensor foi dito** que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. **Pelo MM. Juiz foi dito:** “Vistos. O Ministério Público propôs a aplicação imediata da prestação pecuniária no valor de meio salário mínimo. Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos legais previstos na Lei 9.099/95, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico ao autor do fato a pena prestação pecuniária no valor de **R\$339,00 (trezentos e trinta e nove reais), mediante depósito judicial, nos termos da resolução do CNJ. Efetuado o depósito, expeça-se alvará de levantamento. A prestação deverá ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias**”. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor:

Autor: